



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM  
PL-190/2018

**REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 514ª**

**DECISÃO: PL-190/2018**

**INTERESSADO: ARDO-CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO LTDA**

**PROTOCOLO: 2534226/2015**

**EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.E.C., que indeferiu o pleito da requerente. Fato novo apresentado. Decisão da Especializada que se mantém. Determinar a regularidade do fato gerado com a elaboração de ART fora de época, à luz da Resolução 1.050/2013 ao contrato o qual originou o fato gerador, bem como para a nulidade das arts.**

### **DECISÃO**

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 514ª, realizada em 28/8/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Protocolo 2534226/2015**, que trata do Auto de Infração nº 29709/2015, lavrado em desfavor da pessoa jurídica ARDO - CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO LTDA em face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE ART DE EXECUÇÃO - PESSOA JURÍDICA", em se tratando da identificação de ausência de ART referente ao Termo de contrato 004/2015, celebrado entre o Município de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF e a autuada. Tendo por objeto a fabricação de 13.149 toneladas de mistura betuminosa tipo concreto betuminoso usinado à quente (C.B.U.Q). Valor global de R\$ 3.724.980,21 (três milhões setecentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta reais e vinte e um centavos). O Prazo de vigência do presente contrato será de 05 (cinco) meses. Considerando que em 11/06/2015 foi realizada ação fiscalizatória de rotina, sendo verificada a ausência da ART de execução do Termo de execução do contrato 004/2015, em conformidade com o D.O.M nº 3597/2015. Sendo observada a infração aos dispositivos legais da Legislação observada nos artigo 1º e 3º ambos da Lei nº 6.496/77, artigo 73º da Lei 5.194/66, combinado com o artigo 2º da Lei 6.619/78; considerando que foi lavrado o auto de infração nº 29709/2015; considerando que em 18/09/2017 a Câmara Especializada em Engenharia Civil decidiu pela Manutenção da penalidade aplicada no Auto de Infração nº 29709/2015; considerando que a autuada não apresentou defesa escrita no prazo previsto no artigo 11, inciso VIII, da Resolução 1.008/2004, sendo, portanto, considerada REVEL; considerando que em consulta ao cadastro da empresa em 11/09/2017, não foi constatado o registro de ART, fato que gerou a autuação; considerando que em 29/09/2017 a autuada tomou conhecimento do auto de infração 29709/2015 - Protocolo 2534226/2015, sendo encaminhada cópia da Decisão nº 749/2017, sendo-lhe informado quanto ao prazo de prazo de 60 (sessenta dias) para recorrer ao Plenário do CREA-AM; considerando que em 13/04/2018 a autuada apresentou defesa quanto à nulidade do auto de infração com as seguintes exposições:- A autuada possuía a ART nº AM20150014263 - "É bem verdade que na referida anotação ficou ausente o número de contrato, sendo, porém, retificado tal erro, através de ART de correção nº AM2018120530. Entretanto mesmo como o preenchimento feito da primeira forma, de maneira nenhuma se deixou de identificá-la como





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM**  
**PL-190/2018**

*sendo referente ao objeto encontrado na publicação que embasou a fiscalização do CREA-AM, à nos autuar, pois claramente na anotação nº AM20150014263, deixa notório que a mesma é para registrar o que seria consequência do Pregão nº 068/2014, mesmo certame citado no extrato do Contrato divulgado no DOM do dia 26/02/2015. Entendemos que o simples fato de não haver citado o número do contrato, não torna a Anotação para o outro fim, logo sendo para o referido contrato solicitamos o deferimento deste, para que se anule o auto de infração supracitado, e seja feito o ressarcimento do valor do auto já pago". Considerando que em 05/04/2018 foi identificado o pagamento do auto de infração no valor de R\$ 610, 52 (seiscentos e dez reais e cinquenta e dois centavos). Considerando que a autuada efetuou pagamento de multa de infração, considerando que as ARTS expedidas não correspondem ao período em que devidamente deveria ter sido efetuado seu registro, sendo configurado um erro insanável. Considerando que a ART AM20150014263, de 29.6.2013 apresentada pela autuada em sua defesa, trata-se de ART, foi elaborada como ART de substituição da ART AM20150012428, gerada em 11.06.2015, portanto ambas fora do prazo contratual, visto que em 11.6.2015 foi expedido pela fiscalização a lavratura por ausência de ART. **DECIDIU**, por maioria de votos, e em harmonia com o voto do Conselheiro Regional MANUEL CESAR SANTOS FILHO, pela manutenção do auto de infração. Determinar que a autuada proceda à regularidade do fato gerado com a elaboração de ART fora de época, à luz da Resolução 1.050/2013 ao referido contrato o qual originou o fato gerador, bem como a nulidade das ARTs nºs AM20150014263 e AM2018120530. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: ALINE OLIVEIRA DE SOUSA, ALISSON VICENTE DE ARAÚJO LEÃO, ALDINEI LIMA LEITE, DANIELE BRAGA COSTA, EDNEY DA SILVA MARTINS, EIRIE GENTIL VINHOTE, EYDE CRISTIANNE SARAIVA BONATTO, EMMERSON BACURY LUCENA, FABIOLA PARENTE OLIVEIRA, HELDER MANUEL DA COSTA SANTOS, ISMAEL DA COSTA SILVA, LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO, LUIZ JOSÉ DA SILVA FERNANDES, MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO, SÉRGIO ALEXANDRE PEREIRA CITTI, SÍLVIA CRISTINA BENITES GONÇALES e WENCESLAU ABTIBOL. Abstiveram-se de votar os Conselheiros Regionais: KLEBER DOS SANTOS DINIZ, KELLY NAVEGANTE DE MELO, MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA, SAULO PEREIRA DE SOUZA e JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS.*

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 3 de setembro de 2018.

  
Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**  
Diretor Administrativo, no exercício da Presidente do **Crea-AM**